

INOVSEA fortalece posição marítima das regiões Alto Minho e Baixo Mondego

27 de Abril, 2022

Depois de elaborado um levantamento da capacidade instalada e de proposto um ambicioso plano de ação, o projeto **INOVSEA** encontra-se a dar os últimos passos, com a realização das jornadas de inovação e transferência de conhecimento, subordinadas às temáticas das redes de inovação, de cooperação, de exportação e da competitividade, e que vão decorrer na Figueira da Foz e em Viana do Castelo, com duas edições em cada cidade. Ao mesmo tempo, estão a ser realizados u workshops temáticos, destinados a estimular a capacidade inovadora das empresas. A Ambiente Magazine esteve à conversa com Manuel Cunha Júnior, presidente da AEVC (Associação Empresarial de Viana do Castelo), e Nuno Lopes, presidente da ACIFF (Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz). As duas associações são as promotoras do projeto e quisemos perceber em que ponto se encontra o INOVSEA.

“Conseguiu-se promover o networking e a capacidade de criação de redes de cooperação entre os diversos agentes da economia do mar, com o objetivo de criar um setor mais sustentável e criador de riqueza e de emprego”, começa por dizer Manuel Cunha, sobre os feitos que o INOVSEA concretizou. Com implementação do projeto, foi também possível “fortalecer a posição marítima das regiões”, através de um “tecido empresarial mais dinâmico e competitivo, aumentando o valor acrescentado e o volume de negócios das empresas da fileira do mar e a capacidade de inovação, graças a uma massa crítica de empresas inovadoras”, refere o responsável, dando nota da “promoção do desenvolvimento das atividades emergentes, inovadoras e qualificadas, ajudando as empresas a ganhar maturidade e escala, preparando-as para alcançarem uma maior penetração em mercados internacionais e atrair investimento para o setor”.

[blockquote style="1"]200 mil empregos diretos[/blockquote]



Nuno Lopes

Tratando-se de regiões costeiras, o peso da Economia do Mar no Alto Minho e no Baixo Mondego é crucial: “A Economia do Mar representa cerca de 5% do PIB nacional e 4% do total do emprego. Nestas duas regiões costeiras, devido à importância do turismo, da construção naval e da pesca e da aquicultura, esta importância é substancialmente superior”, refere Nuno Lopes. Para ser mais preciso, o presidente da ACIFF refere que, no Alto Minho, a Economia do Mar é composta por “mais de 300 entidades” que representam um “volume de negócios de 204 milhões de euros, exportações de 91 milhões e um VAB de 62 milhões”. Já no Baixo Mondego, integra “mais de 200 entidades, significando uma faturação anual a rondar os 125 milhões, exportações de 40 milhões e um VAB de 27 milhões de euros”. A nível nacional, a Economia do Mar representa quase “200 mil empregos diretos”, sendo as fileiras do “turismo e da pesca e da aquicultura” as maiores empregadoras. Em cada região, esta tendência mantém-

se, ainda que possa haver pequenas diferenças em função dos setores mais dinâmicos em cada uma: “O Alto Minho emprega diretamente cerca de 2000 pessoas e no Baixo Mondego mais de 1100 pessoas trabalham em empresas da Economia do Mar”, exemplifica. Segundo o responsável, são os serviços turísticos, de alojamento e de restauração os que mais exportam, seguido do setor dos produtos alimentares e oriundos da pesca. De uma forma global, “as empresas da Economia do Mar representam 4,5 mil milhões de euros em exportações” e as atividades mais características da Economia do Mar, como a “pesca e aquicultura”, a “salicultura”, a “construção naval”, a “atividade portuária”, os “transportes marítimos”, as “obras costeiras” ou a “náutica”, representam “45,8% do total do Valor Acrescentado Bruto e mais de metade do emprego (51,2%)”, sucinta.

[blockquote style="1"]... apoiando as empresas a “encontrar soluções de financiamento para realizarem investimentos infraestruturais”[/blockquote]

Questionado sobre a realidade da economia do Mar nestas regiões, Nuno Lopes refere que é bastante diversa, incorporando um “vasto leque de atividades”, com um “peso económico muito significativo”. No caso do Alto Minho destaca-se a “construção, a manutenção e a reparação naval, mobilizado essencialmente pela construção de embarcações e estruturas flutuantes metálicas”, enquanto que, no Baixo Mondego, verifica-se uma “forte especialização na transformação dos produtos da pesca e da aquicultura”, devido ao forte peso de algumas empresas industriais da região, refere. Nas duas áreas geográficas, a “fileira dos transportes marítimos, portos e logística é marcada por várias atividades, direta ou indiretamente ligadas ao respetivo porto”, com destaque para a “organização do transporte”, explica o responsável, acrescentando que o turismo ligado ao mar ainda se encontra “concentrado na motivação Sol & Mar, predominando as atividades de alojamento turístico”, havendo um potencial de diversificação e qualificação por explorar: “Nas duas regiões, esta fileira é aquela que apresenta o maior número de entidades associadas, sejam de natureza empresarial ou associativa, sendo o segundo agregado mais representativo em termos de emprego criado”.

Quanto aos desafios que as regiões enfrentam, o presidente da ACIFF, tendo como base vários estudos, atenta em vários pontos, como a necessidade de se “aprofundar o modelo de desenvolvimento assente no conhecimento azul e na literacia do mar”; “enraizar uma cultura de baixo carbono e de economia circular em todas as atividades da Economia do Mar”; “promover a modernização e a inovação tecnológica, nomeadamente ao nível da digitalização e de uma maior incorporação de soluções da indústria 4.0”; “aumentar a penetração em mercados internacionais dos produtos e serviços associados ao mar”; e “disseminar conhecimentos de gestão financeira”, apoiando as empresas a “encontrar soluções de financiamento para realizarem investimentos infraestruturais”, que potenciem a “competitividade das atividades mais maduras ou crescimento consolidado de atividades mais emergentes com elevado potencial de desenvolvimento futuro”.



Manuel Cunha Júnior

Com o INOVSEA a dar provas do potencial que deve ser aproveitado no âmbito da

Economia do Mar, o presidente da AEVC refere que, apesar destes contributos, ainda há muito trabalho por fazer, lembrando que os objetivos do projeto passam por “dinamizar e estimular todas as fileiras do setor da Economia do Mar”. Sendo já visível o potencial global disponível, Manuel Cunha Júnior atenta ainda que “a zona económica exclusiva (ZEE) portuguesa é uma das maiores do mundo, com mais de 2000 quilómetros de linha de costa, com um extraordinário potencial ao nível dos recursos marinhos e das atividades de turismo, lazer e recreio”. Considerando as principais vantagens de Portugal neste setor económico, o responsável considera que existem ainda “inúmeras possibilidades em atividades específicas”, como a “aquacultura”, os “portos marítimos”, a “construção naval” e a “energia”. Por isso, o “investimento e a especialização das regiões em novas atividades emergentes são importantes”, enquanto “motor para um posicionamento dianteiro na valorização económica do mar e pela sua importância futura na produção sustentável em quantidade, qualidade e segurança de alimentos e energia ou novos produtos para a saúde”. A este nível, o responsável indica que o Alto Minho destaca-se pelo seu “papel pioneiro e peso da atividade de produção de energias renováveis no VAB e volume de negócios da Economia do Mar”. Mesmo com o Baixo Mondego a demonstrar grande potencial nestas atividades, Manuel Cunha Júnior refere que “as empresas existentes na região são ainda muito jovens”, carecendo de um “maior amadurecimento para se poderem afirmar” na Economia do Mar.

Leia mais aqui:

[INOVSEA quer impulsionar a economia do mar nas regiões costeiras do Alto Minho e Baixo Mondego](#)